

Novo tarifaço: Empregos, indústria, serviço público e soberania nacional em risco

A Condsef/Fenadsef reforça o alerta feito pela CUT, demais centrais sindicais e pela IndustriALL Brasil sobre os impactos do novo tarifaço anunciado pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros. A medida ameaça empregos, investimentos, a indústria nacional e o desenvolvimento econômico do país, atingindo diretamente milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

A medida do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, extrapola a esfera comercial e representa uma tentativa de pressionar o Brasil em temas que dizem respeito exclusivamente à nossa soberania e às decisões do Estado brasileiro.

Um dos pontos mais graves é o questionamento ao PIX, sistema de pagamentos desenvolvido por servidores públicos do Banco Central e reconhecido internacionalmente por sua eficiência, inovação e inclusão financeira. Atacar o PIX é atacar a capacidade do Brasil de desenvolver soluções próprias para sua economia e seu sistema

financeiro.

Esse movimento também acende um alerta diante de iniciativas como a PEC 65, que pretende transformar o BC em uma instituição de natureza privada, reduzindo o controle público sobre um órgão estratégico para a condução da política monetária e financeira do país. Enfraquecer instrumentos públicos e abrir espaço para interesses privados sobre áreas estratégicas significa colocar em risco a soberania nacional e o interesse coletivo.

A Condsef/Fenadsef se soma às centrais sindicais na defesa da soberania nacional, da democracia, dos empregos, da indústria brasileira, do serviço público e de um projeto de desenvolvimento que fortaleça a produção, gere ren-



da, valorize o trabalho e preserve a autonomia do Brasil.

É fundamental que toda a classe trabalhadora esteja atenta às tentativas de impor sanções, interferências e pressões externas que buscam fragilizar nossas instituições democráticas, comprometer direitos e limitar a capacidade do Brasil de definir seus próprios rumos. A democracia e a soberania nacional são inegociáveis e sua defesa exige unidade e mobilização permanente.

Fonte: Condsef

PEJOTIZAÇÃO: STF decidirá futuro das relações de trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga o Tema 1.389, que definirá critérios para diferenciar a contratação legítima de trabalhadores como pessoa jurídica (PJ) dos casos em que esse modelo é utilizado para ocultar vínculos empregatícios. A decisão servirá de referência para todos os tribunais do país e poderá impactar milhões de trabalhadores.

A Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) defende que cada caso seja analisado individualmente, com base nos requisitos previstos na CLT, como

subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração. Para a entidade, a pejetização não pode ser utilizada para retirar direitos trabalhistas.

Além dos impactos sobre os direitos dos trabalhadores, entidades alertam para os prejuízos à Previdência Social e ao FGTS, decorrentes da redução das contribuições geradas pela substituição de contratos celetistas por contratos de prestação de serviços.

Outro ponto em debate é a competência da Justiça do Trabalho para julgar esses casos. Abrat,

Anamatra, ANPT e CUT defendem que a Justiça especializada continue responsável por analisar possíveis fraudes nas relações de trabalho.

Enquanto o STF não conclui o julgamento, o número de ações continua crescendo. Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostram que mais de 284 mil ações de reconhecimento de vínculo empregatício foram ajuizadas em 2024, reforçando a relevância da decisão para o futuro das relações de trabalho no Brasil.

Com informações da CUT.

CUT realiza seminário sobre riscos psicossociais e aplicação da NR-1

A CUT realiza, no dia 28 de julho, o seminário “**Riscos Psicossociais no Trabalho e a NR-01: Desafios e Perspectivas para a Ação Sindical na Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras**”. A atividade será realizada das 14h às 17h, na sede nacional da CUT, no Brás, em São Paulo, com possibilidade de participação presencial ou remota.

O encontro é dirigido às CUTs estaduais, confederações, federações e sindicatos filiados, além de dirigentes sindicais, representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras, integrantes de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPAs), assessorias sindicais e demais pessoas interessadas no tema.

A iniciativa pretende ampliar o conhecimento sobre as mudanças na Norma Regulamentadora nº 1, conhecida como NR-1, especialmente em relação à obrigação das empresas de identificar, avaliar e gerenciar os riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

Em pauta

Os riscos psicossociais estão associados à maneira como o trabalho é organizado, distribuído, controlado e cobrado. Jornadas excessivas, metas abusivas, pressão permanente por produtividade, assédio moral ou sexual, falta de apoio, exigências contraditórias, discriminação, insegurança no emprego e modelos de gestão baseados no medo são algumas

das situações que podem causar sofrimento psíquico e adoecimento.

Durante o seminário, especialistas, representantes de instituições e dirigentes sindicais discutirão os impactos desses fatores sobre a saúde física e mental da classe trabalhadora. A atividade também buscará fortalecer a capacidade dos sindicatos de identificar situações de risco, acompanhar as medidas adotadas pelas empresas, negociar mudanças e cobrar o cumprimento da legislação.

Entre os objetivos estão ainda a troca de conhecimentos técnicos e jurídicos sobre a implementação da NR-1 e a apresentação de instrumentos que possam ajudar sindicatos, CIPAs e representações nos locais de trabalho a prevenir o adoecimento e defender ambientes laborais seguros e saudáveis.

Para a secretária nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT, Josivania Ribeiro, o seminário ocorre em um momento importante para garantir que as mudanças previstas na norma sejam conheci-

das e efetivamente aplicadas nos locais de trabalho.

“A atualização da NR-1 representa um avanço importante para a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, ao reconhecer os riscos psicossociais como parte das responsabilidades das empresas. Embora a norma esteja em vigor, sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios, especialmente diante das resistências de parte do setor patronal e da necessidade de ampliar o conhecimento sobre seu conteúdo”, afirma.

As inscrições já estão abertas.
Clique aqui e veja como participar

NOTA OFICIAL

SINDSEP COBRA RESPEITO NAS NEGOCIAÇÕES DO ACT 2026/2027 DO COREN/MA

O Sindsep manifesta seu repúdio ao cancelamento, pela direção do Coren/MA, de mais uma reunião de negociação do **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027**. A medida representa desrespeito aos trabalhadores e compromete o processo de negociação coletiva.

Diante da falta de avanço nas tratativas, o sindicato já acionou o **Ministério Público do Trabalho (MPT)** e adotará todas as medidas necessárias para garantir o direito à negociação e a defesa da categoria.

O Sindsep reafirma seu compromisso com os trabalhadores do Coren/MA e seguirá firme na luta pela celebração do **ACT 2026/2027**, sem abrir mão do diálogo, do respeito e da valorização da categoria.

São Luís (MA), 17 de julho de 2026.

Diretoria do Sindsep/MA

